



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

(Art. 48 do decreto municipal nº 1520 de 2024)

1. Informações Básicas

Órgão Demandante: Secretaria de Assistência Social

Responsável pela elaboração: Diva Santos Lima / Matrícula **000779-9**

Responsável pela aprovação: Jéssica Carvalho do Nascimento

Data: 17/04/2026

2. Descrição da necessidade

O Município de Nova União/MG apresenta um quadro de insuficiência estrutural no que se refere à prestação dos serviços de identificação civil, decorrente, sobretudo, da inexistência de equipamentos técnicos indispensáveis ao pleno funcionamento de um posto de identificação. Essa lacuna impede a operacionalização adequada das atividades relacionadas à coleta, registro e processamento de dados biométricos e biográficos, conforme os padrões exigidos pelos órgãos competentes, comprometendo a qualidade, a segurança e a confiabilidade das informações prestadas.

A inexistência de um posto devidamente estruturado no âmbito municipal resulta na incapacidade de atendimento da demanda local, que tende a ser contínua e crescente, especialmente diante da necessidade recorrente de emissão de documentos de identificação para acesso a políticas públicas, serviços essenciais e regularização da vida civil dos cidadãos. Tal situação gera um descompasso entre a demanda existente e a capacidade de atendimento disponível, evidenciando um gargalo na prestação do serviço público.

Como consequência direta, a população é compelida a buscar atendimento em outros municípios, o que implica não apenas em deslocamentos frequentemente longos e onerosos, mas também em barreiras adicionais relacionadas à disponibilidade de vagas, horários restritos e priorização de atendimentos locais nessas unidades externas. Esse contexto agrava a dificuldade de acesso, sobretudo para cidadãos em condição de maior vulnerabilidade social, que encontram maiores obstáculos para se deslocar e arcar com os custos indiretos dessa busca por atendimento.

Ademais, a ausência de estrutura local impacta negativamente a efetividade das políticas públicas de identificação civil, uma vez que dificulta a universalização do acesso ao documento básico de cidadania, elemento essencial para o exercício de diversos direitos, como acesso à saúde, educação, assistência social, benefícios governamentais e inserção no mercado de trabalho formal.

Ressalta-se, ainda, que a inexistência de meios adequados para a prestação desse serviço compromete os princípios da eficiência, da continuidade e da dignidade no atendimento ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02



cidadão, ao passo que impede a Administração Pública de cumprir, de forma plena, seu papel de garantidora de direitos fundamentais.

Diante desse cenário, resta evidenciado o problema de interesse público consistente na incapacidade do Município de prover, com recursos próprios atuais, a infraestrutura necessária à adequada prestação dos serviços de identificação civil, resultando em prejuízos diretos à população e à efetividade da atuação administrativa.

Ressalta-se que a presente contratação decorre, ainda, das obrigações assumidas pelo Município no âmbito do Termo de Cooperação Técnica nº 50940/2022-61, celebrado com a Polícia Civil de Minas Gerais, que estabelece a responsabilidade municipal quanto à disponibilização da infraestrutura física, tecnológica e operacional necessária ao funcionamento do posto de identificação civil.

Verifica-se, no cenário atual, a necessidade de modernização, padronização e adequação dos equipamentos utilizados, especialmente no que se refere à captura de imagem facial, coleta de impressões digitais e registro de assinatura, considerando a evolução dos sistemas biométricos e o aumento do rigor técnico nos processos de validação.

A inexistência ou inadequação desses equipamentos pode comprometer a qualidade do atendimento, ocasionando rejeição de dados biométricos, retrabalho, atrasos na emissão dos documentos e prejuízo à continuidade do serviço público, além de inviabilizar a integração com os sistemas oficiais da Polícia Civil de Minas Gerais e da empresa VALID S.A.

3. Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual

O município ainda não tem plano de contratação anual (PCA) homologado.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá observar requisitos técnicos e operacionais indispensáveis para garantir a adequada implantação e funcionamento do posto de identificação civil no Município de Nova União/MG, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Polícia Civil de Minas Gerais e demais normas aplicáveis.

Os equipamentos a serem adquiridos deverão ser novos, de primeiro uso, e compatíveis com os sistemas utilizados pelo órgão responsável pela identificação civil, devendo atender integralmente às especificações técnicas exigidas para coleta biométrica, captura de imagem, digitalização de documentos e processamento de dados. Será imprescindível que os itens possuam padrões de qualidade, desempenho e precisão adequados à finalidade pública a que se destinam, assegurando a confiabilidade das informações coletadas.

Deverá ser garantida a plena integração entre os equipamentos fornecidos e os sistemas



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02



informatizados utilizados no processo de identificação civil, incluindo requisitos de conectividade, interoperabilidade e segurança da informação, de modo a assegurar a transmissão segura e eficiente dos dados aos órgãos competentes.

A contratada deverá assegurar garantia mínima dos equipamentos, com cobertura contra defeitos de fabricação e funcionamento, bem como prestar assistência técnica durante o período de garantia, contemplando suporte para manutenção corretiva e, quando aplicável, preventiva, a fim de evitar interrupções na prestação do serviço.

Os equipamentos deverão ser entregues devidamente instalados e em pleno funcionamento, incluindo, se necessário, a configuração inicial, testes operacionais e adequações técnicas para integração ao ambiente de trabalho. Também deverá ser assegurado o fornecimento de manuais, preferencialmente em língua portuguesa, e orientações quanto ao correto uso dos equipamentos.

Além disso, a contratação deverá observar requisitos relacionados à sustentabilidade, priorizando, sempre que possível, equipamentos com menor consumo de energia, maior durabilidade e que atendam às normas ambientais vigentes.

Por fim, todos os requisitos estabelecidos deverão estar alinhados às necessidades da Administração Pública e às exigências do órgão parceiro, de modo a assegurar a efetiva implantação e continuidade dos serviços de identificação civil no âmbito municipal.

Deverá ser observado, obrigatoriamente, que todos os equipamentos sejam homologados e compatíveis com os sistemas oficiais da Polícia Civil de Minas Gerais e com os padrões técnicos estabelecidos pela empresa VALID S.A., responsável pela emissão centralizada da Carteira de Identidade no Estado.

Os equipamentos deverão possibilitar a padronização do ambiente de captura biométrica, incluindo requisitos relacionados à iluminação, enquadramento, fundo fotográfico e posicionamento do usuário, garantindo a qualidade e a aceitação dos dados coletados pelos sistemas oficiais.

Também deverá ser assegurada a interoperabilidade entre os equipamentos e os sistemas estaduais, garantindo integridade, confiabilidade e segurança das informações biométricas.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado com a finalidade de identificar e analisar as possíveis soluções disponíveis para viabilizar a implantação do posto de identificação civil no Município de Nova União/MG, considerando critérios técnicos, operacionais e econômicos, bem como a conformidade com as exigências da Polícia Civil de Minas Gerais.

Inicialmente, analisou-se a alternativa de manutenção do atendimento por meio de



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02



deslocamento da população para municípios vizinhos. Verificou-se que essa opção não atende ao interesse público, uma vez que perpetua as dificuldades de acesso, impõe custos indiretos aos cidadãos, especialmente aos mais vulneráveis, e não soluciona a limitação estrutural existente no município.

Também foi avaliada a possibilidade de utilização de unidades móveis ou parcerias para compartilhamento de estrutura e equipamentos. Contudo, essa alternativa apresenta restrições quanto à regularidade e continuidade do atendimento, além de limitar a autonomia administrativa do Município, tornando o serviço dependente de agendas, disponibilidade e condições de terceiros.

Outra hipótese considerada foi a locação dos equipamentos necessários à operação do posto de identificação. Embora essa alternativa apresente menor impacto financeiro inicial, constatou-se que os custos contínuos de locação, somados ao longo do tempo, tendem a superar o valor da aquisição. Ademais, a locação implica dependência contratual permanente, com riscos de descontinuidade do serviço em caso de encerramento ou inadimplemento contratual, o que não se mostra adequado para um serviço de natureza essencial.

Por fim, procedeu-se à avaliação da alternativa de aquisição dos equipamentos. Sob o ponto de vista técnico, essa solução permite maior controle por parte da Administração, assegura a padronização dos equipamentos conforme as exigências do órgão competente, possibilita a continuidade do serviço sem interrupções e confere maior autonomia operacional ao Município. Do ponto de vista econômico, embora envolva investimento inicial, a aquisição se mostra mais vantajosa no médio e longo prazo, por eliminar custos recorrentes e reduzir riscos associados à dependência de terceiros.

Adicionalmente, foram analisadas contratações semelhantes realizadas por outros entes públicos, por meio de consultas a processos licitatórios disponíveis em plataformas eletrônicas, sendo possível verificar que a aquisição definitiva dos equipamentos é a prática predominante adotada para este tipo de demanda, justamente pelos benefícios relacionados à economicidade e à eficiência administrativa.

No que se refere aos equipamentos biométricos e fotográficos, destaca-se que somente serão consideradas soluções que atendam integralmente aos requisitos de homologação exigidos pelos sistemas oficiais da Polícia Civil de Minas Gerais e da empresa VALID S.A., sendo tais exigências indispensáveis para a validação jurídica dos documentos emitidos.

Dessa forma, alternativas que não atendam a tais requisitos, ainda que apresentem menor custo inicial, não se mostram viáveis tecnicamente, uma vez que inviabilizam a integração com os sistemas oficiais, comprometem a validade dos documentos e podem acarretar descontinuidade do serviço público.

Diante do exposto, conclui-se que a solução mais adequada consiste na contratação de



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02



empresa especializada para o fornecimento dos equipamentos necessários, por meio de aquisição, por se mostrar tecnicamente viável, economicamente vantajosa e alinhada ao interesse público, garantindo a implantação e a continuidade do serviço de identificação civil no âmbito municipal.

5.1. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos necessários à implantação e ao funcionamento de posto de identificação civil no Município de Nova União/MG, em conformidade com as exigências técnicas estabelecidas pela Polícia Civil de Minas Gerais.

A solução contempla, de forma integrada, a padronização do ambiente de atendimento, incluindo sistema de iluminação adequado, mini estúdio fotográfico, equipamentos biométricos homologados e dispositivos para registro de assinatura, assegurando a conformidade com os padrões técnicos exigidos pelos órgãos competentes. Inclui, ainda, a interoperabilidade entre todos os equipamentos e os sistemas estaduais, garantindo a transmissão segura dos dados e a validação das informações coletada

Os equipamentos deverão ser compatíveis com os sistemas utilizados pelo órgão responsável, garantindo integração, segurança da informação e confiabilidade no processamento e transmissão dos dados coletados. A solução deverá assegurar que todos os componentes operem de forma conjunta e eficiente, permitindo a realização de atendimentos de forma contínua e dentro dos padrões técnicos exigidos.

Dessa forma, a solução como um todo visa dotar o Município de estrutura completa e adequada para a prestação dos serviços de identificação civil, garantindo autonomia administrativa, eficiência no atendimento e ampliação do acesso da população a um serviço público essencial.

5.2. Forma de contratação

A contratação deverá ser realizada mediante procedimento licitatório, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, por meio de especificações usuais de mercado.

O critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço, conforme a estratégia mais vantajosa para a Administração, observando-se a possibilidade de ampliação da competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa.

A contratação será formalizada por meio de instrumento contratual ou equivalente, como nota de empenho, nos termos da legislação vigente, considerando a natureza da aquisição e a



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02



entrega imediata ou parcelada dos bens.

Não se vislumbra, para o presente caso, a necessidade de adoção do Sistema de Registro de Preços, tendo em vista que a demanda é definida e pontual, voltada à implantação do posto de identificação civil, não havendo característica de consumo contínuo ou necessidade de contratações futuras de mesma natureza em escala incerta.

Deverão ser observadas, ainda, todas as exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira, compatíveis com o objeto a ser contratado, garantindo a seleção de fornecedor apto a cumprir integralmente as obrigações assumidas.

Por fim, o processo deverá assegurar ampla publicidade, competitividade e isonomia entre os licitantes, em conformidade com os princípios que regem as contratações públicas, buscando a proposta mais vantajosa para a Administração e o adequado atendimento do interesse público.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida com base na necessidade de implantação de 01 (um) posto de identificação civil no Município de Nova União/MG, considerando os padrões operacionais exigidos pela Polícia Civil de Minas Gerais para o pleno funcionamento da unidade.

Para tanto, foi considerado o dimensionamento mínimo necessário para garantir a realização dos atendimentos de forma contínua, eficiente e dentro das especificações técnicas exigidas, contemplando uma estação completa de atendimento, composta pelos equipamentos indispensáveis à coleta biométrica, captura de imagem, digitalização de documentos e processamento de dados.

A definição quantitativa levou em conta, ainda, a necessidade de assegurar o funcionamento integrado dos sistemas, evitando ociosidade ou insuficiência de equipamentos, bem como a compatibilidade entre os itens que compõem a solução. Assim, as quantidades foram estimadas de forma a atender a demanda atual do município, sem prejuízo da qualidade do serviço prestado.

Ressalta-se que a estimativa foi realizada com base em parâmetros adotados por outros entes públicos em contratações semelhantes, bem como nas orientações técnicas do órgão competente, não havendo necessidade, neste momento, de aquisição em escala superior, tendo em vista que a implantação inicial contempla apenas um ponto de atendimento. Abaixo é apresentado o quadro com a estimativa de quantidades a serem adquiridas para atendimento da demanda levantada:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02



Item	Produto	Quantidade
01	Câmera digital. <u>Canon Rebel T7 ou CANON Rebel T100 e fonte de energia ACK-E10</u>	01
02	Leitor Biométrico: <u>Akiyama Kojak – AK</u> ou <u>Cogente 3M CS500E</u>	01
03	Pad de leitura <u>Akiyama AK560</u>	01
04	Flash auxiliar: <u>Mako id bio</u> ; 01 Flash ID BIO ; 01 Flash ID BIO com flash gerador ID BIO; 01 braço deslizante; 01 Haste para suporte sargento; 01 Suporte argento.	01
05	Mini estúdio com painel antirreflexo e baqueta – <u>marca Mako</u> (referência técnica para padronização do ambiente).	01

Dessa forma, as quantidades a serem contratadas correspondem ao conjunto mínimo de equipamentos necessários para viabilizar a operacionalização de um posto de identificação civil, garantindo atendimento adequado à população local e evitando gastos desnecessários à Administração. Ressalta-se que os valores estimados consideram equipamentos homologados e compatíveis com os sistemas oficiais, o que justifica eventuais variações em relação a equipamentos genéricos disponíveis no mercado, tendo em vista as exigências técnicas específicas e a necessidade de conformidade legal.

7. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa do valor da contratação foi realizada mediante consulta direta a fornecedores do ramo, considerando a especificidade dos equipamentos necessários à implantação do posto de identificação civil e a necessidade de compatibilidade com os padrões técnicos exigidos pela Polícia Civil de Minas Gerais.

Foram obtidas cotações junto a empresas que atuam no fornecimento de equipamentos de identificação biométrica, informática e periféricos correlatos, contemplando todos os itens que compõem a solução pretendida. As propostas encaminhadas consideraram o fornecimento completo dos equipamentos, incluindo acessórios indispensáveis ao funcionamento, o que possibilitou uma visão realista dos valores praticados no mercado.

A partir das cotações obtidas, procedeu-se à análise comparativa dos preços apresentados, observando-se a compatibilidade entre os itens ofertados e as especificações técnicas exigidas, bem como a coerência dos valores em relação ao mercado. Para definição do valor estimado da contratação, será adotada como metodologia a **média aritmética** dos valores coletados, por se tratar de critério que melhor representa o comportamento dos preços praticados, reduzindo a influência de eventuais valores discrepantes.

Ressalta-se que a utilização de consultas diretas a fornecedores se justifica em razão da especificidade dos equipamentos e da necessidade de obtenção de propostas que reflitam fielmente a solução a ser contratada, contribuindo para maior precisão na estimativa de custos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02



O valor estimado da contratação foi definido com base em parâmetros de mercado atualizados e metodologia adequada, assegurando maior confiabilidade ao processo e subsidiando a Administração na condução do procedimento licitatório, em busca da proposta mais vantajosa. Abaixo é apresentado um quadro com a média de preço levantada a partir das consultas realizadas diretamente com os fornecedores, o relatório com as informações detalhadas serão anexadas no referido procedimento de contratação:

Item	Produto	Quant.	Valor médio unitário	Valor médio total
01	Câmera digital. <u>Canon Rebel T7 ou CANON Rebel T100</u> e fonte de energia <u>ACK-E10</u>	01	R\$ 6.132,08	R\$ 6.132,08
02	Leitor Biométrico: <u>Akiyama Kojak – AK</u> ou <u>Cogente 3M CS500E</u>	01	R\$ 10.746,50	R\$ 10.746,50
03	Pad de leitura <u>Akiyama AK560</u>	01	R\$ 3.890,80	R\$ 3.890,80
04	Flash auxiliar: <u>Mako id bio</u> ; 01 Flash ID BIO ; 01 Flash ID BIO com flash gerador ID BIO; 01 braço deslizante; 01 Haste para suporte sargento; 01 Suporte argento.	01	R\$ 3.678,99	R\$ 3.678,99
05	Mini estúdio com painel antirreflexo e baqueta – <u>marca Mako</u> (referência técnica para padronização do ambiente).	01	R\$ 4.345,51	R\$ 4.345,51

Valor total estimado: **R\$ 28.793,88** (vinte e oito mil e setecentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos).

8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A definição quanto ao parcelamento da solução foi analisada sob a ótica técnica e econômica, considerando a natureza do objeto e a necessidade de garantir o pleno funcionamento do posto de identificação civil.

Verifica-se que a solução é composta por um conjunto de equipamentos interdependentes, que devem operar de forma integrada para viabilizar a adequada prestação dos serviços de identificação civil. A eventual contratação de itens de forma parcelada, com diferentes fornecedores, pode comprometer a padronização dos equipamentos, dificultar a integração entre os sistemas, gerar incompatibilidades técnicas e transferir à Administração o ônus da coordenação entre múltiplos contratados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02



Além disso, o parcelamento pode acarretar riscos à eficiência, sob o aspecto econômico, embora o parcelamento, em tese, possa ampliar a competitividade, no presente caso tal benefício não se mostra suficiente para superar os riscos técnicos e operacionais envolvidos, podendo, inclusive, resultar em aumento de custos indiretos relacionados à gestão contratual e à necessidade de ajustes para compatibilização dos equipamentos.

Dessa forma, conclui-se que não é recomendável o parcelamento da solução, devendo a contratação ocorrer de forma conjunta, de modo a assegurar a entrega de um conjunto completo, padronizado e plenamente funcional, garantindo maior eficiência, segurança e economicidade na implantação do posto de identificação civil.

9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas, no âmbito do Município de Nova União/MG, contratações correlatas ou interdependentes em andamento ou planejadas que possam interferir diretamente na presente contratação. Destaca-se que, embora não haja contratações correlatas, a execução do objeto está diretamente vinculada ao Termo de Cooperação Técnica nº 50940/2022-61 firmado com a Polícia Civil de Minas Gerais, o qual estabelece as diretrizes para funcionamento do posto de identificação civil.

A solução proposta possui caráter autônomo, sendo suficiente, por si só, para viabilizar a implantação e o funcionamento do posto de identificação civil, desde que observadas as condições técnicas e operacionais já estabelecidas. Os equipamentos a serem adquiridos contemplam todos os elementos necessários à execução das atividades, não havendo dependência de outras contratações para sua plena utilização.

Ressalta-se, contudo, que a operacionalização do serviço está vinculada à cooperação institucional com a Polícia Civil de Minas Gerais, especialmente no que se refere à disponibilização de sistemas, normativos e diretrizes técnicas. Tal condição, entretanto, não configura contratação correlata, mas sim requisito institucional para funcionamento do serviço.

Eventuais necessidades acessórias, como adequações físicas do espaço ou disponibilização de infraestrutura básica (energia elétrica, rede lógica e ambiente adequado), serão atendidas com recursos próprios da Administração, não caracterizando contratações interdependentes específicas vinculadas a este processo.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada com o planejamento estratégico da Administração Pública Municipal, na medida em que contribui diretamente para o fortalecimento da prestação de serviços públicos essenciais e para a ampliação do acesso da

Rua Presidente Kennedy, nº 334, Centro, Nova União/MG – CEP 34.990-000

Fone: +55 31 3685-1286

assistenciasocial@novauniao.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02



população a direitos básicos de cidadania.

A implantação do posto de identificação civil no Município de Nova União/MG está em consonância com as diretrizes de melhoria da eficiência administrativa e de descentralização dos serviços públicos, buscando aproximar o atendimento da população e reduzir desigualdades no acesso a serviços fundamentais.

Além disso, a contratação está compatível com o planejamento orçamentário do Município, havendo previsão de recursos para a aquisição dos equipamentos necessários, observadas as normas de responsabilidade fiscal e os instrumentos de planejamento vigentes, tais como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A iniciativa também se alinha às ações institucionais decorrentes da cooperação com a Polícia Civil de Minas Gerais, reforçando o compromisso do Município com a implementação de políticas públicas voltadas à identificação civil e à garantia de direitos fundamentais.

11. Resultados Pretendidos

A contratação pretendida tem como principal resultado a implantação e o pleno funcionamento de um posto de identificação civil no Município de Nova União/MG, possibilitando a realização local dos serviços de emissão de documentos de identificação, com maior eficiência, agilidade e qualidade no atendimento à população.

Espera-se, como resultado direto, a ampliação do acesso dos cidadãos a um serviço público essencial, reduzindo a necessidade de deslocamentos para outros municípios, os custos indiretos associados e o tempo de espera para atendimento, especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Pretende-se, ainda, promover a melhoria da eficiência administrativa, por meio da estruturação adequada do serviço, com utilização de equipamentos compatíveis com os padrões técnicos exigidos, garantindo maior confiabilidade na coleta e no processamento de dados, bem como maior segurança das informações.

Como resultado institucional, busca-se o fortalecimento da cooperação com a Polícia Civil de Minas Gerais, assegurando o cumprimento das diretrizes estabelecidas para a identificação civil e contribuindo para a padronização e regularidade dos serviços prestados.

Adicionalmente, a contratação deverá contribuir para a efetivação de direitos fundamentais, uma vez que a identificação civil é requisito indispensável para o acesso a diversos serviços públicos, programas governamentais e oportunidades no mercado de trabalho, promovendo, assim, maior inclusão social e cidadania.

Por fim, espera-se que a solução proporcione continuidade e estabilidade na prestação do serviço, reduzindo riscos de interrupção e garantindo atendimento permanente à demanda



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02



existente no município.

12. Providências a serem Adotadas

Inicialmente, deverá ser definido e preparado o espaço físico destinado ao funcionamento do posto, assegurando que o ambiente possua condições adequadas de infraestrutura, tais como instalações elétricas compatíveis, rede lógica para transmissão de dados, mobiliário apropriado e condições de segurança para operação dos equipamentos e atendimento ao público.

Deverá ser consolidada a cooperação com a Polícia Civil de Minas Gerais, garantindo o atendimento às exigências técnicas, operacionais e normativas para habilitação do município à prestação dos serviços de identificação civil, incluindo a disponibilização de acesso aos sistemas informatizados necessários.

Também será necessária a designação de servidores responsáveis pela operacionalização do serviço, os quais deverão estar devidamente capacitados para utilização dos equipamentos e execução dos procedimentos inerentes à identificação civil, observando-se as orientações do órgão competente.

Após a contratação, deverão ser acompanhadas as etapas de entrega, instalação, configuração e testes dos equipamentos, garantindo que todos os itens estejam em pleno funcionamento e em conformidade com as exigências estabelecidas, antes do início das atividades.

Por fim, deverão ser adotadas rotinas de acompanhamento e fiscalização contratual, assegurando o cumprimento das obrigações por parte da contratada, bem como a manutenção das condições adequadas para o funcionamento contínuo do posto de identificação civil.

13. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação pretendida apresenta impactos ambientais considerados de baixa relevância, tendo em vista que se trata da aquisição de equipamentos eletrônicos e de informática para uso administrativo, sem envolvimento direto com atividades potencialmente poluidoras ou de grande impacto ambiental.

Ainda assim, é possível identificar impactos indiretos relacionados, principalmente, ao consumo de energia elétrica durante a operação dos equipamentos e à geração de resíduos eletrônicos ao final de sua vida útil. Tais aspectos, embora não representem impacto significativo isoladamente, devem ser considerados no contexto da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental da Administração Pública.

No que se refere ao consumo energético, a utilização contínua de computadores, monitores, dispositivos biométricos e demais equipamentos poderá acarretar aumento no consumo de energia elétrica. Como medida mitigadora, recomenda-se a priorização de equipamentos que

Rua Presidente Kennedy, nº 334, Centro, Nova União/MG – CEP 34.990-000

Fone: +55 31 3685-1286

assistenciasocial@novauniao.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02



apresentem maior eficiência energética, bem como a adoção de boas práticas de uso, como o desligamento dos equipamentos quando não estiverem em operação.

Quanto à geração de resíduos, destaca-se que, ao término da vida útil dos equipamentos, haverá necessidade de destinação adequada dos resíduos eletrônicos, em conformidade com a legislação ambiental vigente. Nesse sentido, recomenda-se que a Administração adote procedimentos para o descarte ambientalmente correto, podendo, inclusive, buscar parcerias ou programas de logística reversa junto aos fornecedores ou entidades especializadas.

Adicionalmente, sempre que possível, deverá ser priorizada a aquisição de equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como maior durabilidade, possibilidade de manutenção, menor consumo de insumos e conformidade com normas ambientais.

Conclui-se que os impactos ambientais são limitados e passíveis de mitigação por meio de práticas adequadas de aquisição, uso e descarte, não representando impedimento à realização da contratação.

14. Declaração de Viabilidade

Diante das análises realizadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

A solução proposta (aquisição de equipamentos para implantação de posto de identificação civil no Município de Nova União/MG) mostra-se adequada para o atendimento da demanda identificada, sendo compatível com as exigências técnicas estabelecidas pela Polícia Civil de Minas Gerais e suficiente para garantir o pleno funcionamento do serviço.

Sob o ponto de vista técnico, restou demonstrado que os equipamentos a serem adquiridos atendem às necessidades operacionais, permitindo a execução das atividades com segurança, confiabilidade e eficiência. No aspecto econômico, a alternativa de aquisição apresentou-se mais vantajosa em relação às demais opções analisadas, especialmente quando considerados os custos ao longo do tempo e a eliminação de despesas recorrentes.

Verificou-se, ainda, que há alinhamento com o planejamento da Administração Pública Municipal, bem como disponibilidade orçamentária para a realização da despesa, observadas as normas legais e os instrumentos de planejamento vigentes.

Adicionalmente, não foram identificados impedimentos relevantes à execução da contratação, sendo os possíveis impactos ambientais considerados de baixa relevância e passíveis de mitigação por meio de medidas simples e adequadas.

Sendo assim, declara-se a viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo, com a elaboração do Termo de Referência e a adoção das providências necessárias à realização do procedimento licitatório, visando à efetiva implantação do posto de identificação civil e à melhoria da prestação do serviço público à



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02



população.

15. DOS ANEXOS

- Plano de trabalho ACT posto de identificação, copia e-mail valid, copia do diário do executivo

16. LOCAL DE ENTREGA

Endereço: Rua Presidente Kennedy 334 – Centro – Nova União – MG – CEP: 34990-000

ÁREA REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Assistência Social

Jessica Carvalho do Nascimento

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Diva Santos Lima – Nº Matrícula 000779-9